

# EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS: UMA RELAÇÃO ENTRE PAIS E ESCOLA Estudo de caso na Escola Municipal Maria Lúcia Vieira – Ubá/MG

Graduação em Pedagogia

RESENDE, Lidiana Brum de <sup>1</sup>  
COSTA JÚNIOR, José Sérgio <sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo verificar se os pais educam seus filhos em casa ou se delegam essa responsabilidade à escola. Tratou-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso, com aplicação de questionários direcionados aos pais dos alunos da Escola Municipal Maria Lúcia Vieira, em Ubá-MG, que atende crianças nas modalidades Creche e Educação Infantil. Os resultados obtidos nessa pesquisa vão ao encontro do objetivo traçado, o que permite concluir que os pais dos alunos da escola em estudo educam seus filhos em casa, auxiliando a escola nessa responsabilidade, cabendo, porém, conscientizá-los da importância em aferirem mais junto à escola os resultados alcançados, além de buscarem maior investimento no incentivo à leitura.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Infantil. Ensino. Escola. Pais.

## INTRODUÇÃO

O artigo 226 da Constituição Federal afirma que a família é a base da sociedade, mas pode ser também a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes (BRASIL, 1988).

1 FAGOC. E-mail: lidianabrum86@gmail.com

2 FAGOC. E-mail: sergio.jr@fagoc.br



Então, quando a mulher descobre que está grávida, percebe-se que o feto começa a se desenvolver e a ter um relacionamento com a família. Durante a gestação, os pais, que têm o primeiro contato com o bebê nesse momento, já criam expectativas quanto ao processo educativo da criança. Arendt (1957) ressalta:

Pela concepção e pelo nascimento, os pais humanos, não apenas dão vida aos seus filhos como, ao mesmo tempo, os introduzem no mundo. Pela educação, os pais assumem por isso uma dupla responsabilidade — pela vida e pelo desenvolvimento da criança, mas também pela continuidade do mundo.

A partir do nascimento, os pais acompanham o processo educativo e social do filho. Segundo Amazonas, Damasceno, Terto e Silva (2003) e Kreppner (1992; 2000) citados por Dessen e Polonia (2007, p. 22), é na família que acontecem os primeiros processos de socialização da criança, e o ambiente familiar é um dos primeiros lugares no que se refere à socialização do indivíduo, atuando como mediador principal dos padrões, modelos e influências culturais.

Além dessas contribuições, o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ressalta que “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais” (BRASIL, 1990).

Então, quando chega o momento de

a criança frequentar a escola, a educação é mais um passo importante em sua vida. Esse acompanhamento sistematizado e educativo passa a ser desenvolvido também pela instituição escolar. “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” – é o que afirma a LDB em seu artigo 29 (BRASIL, 1996). Observa-se, portanto, que a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão (REGO, 2003).

A Prefeitura de Ubá, localizada na Zona da Mata mineira, oferece várias escolas com ensinos voltados para Educação Infantil, Fundamental I e II. O objeto de pesquisa deste artigo é a Escola Municipal Maria Lúcia Vieira, que atende crianças nas modalidades Creche e Educação Infantil. Diante de tais considerações, surge a seguinte problemática da pesquisa: os pais educam seus filhos em casa ou delegam essa responsabilidade à escola?

Portanto, o presente artigo tem como objetivo averiguar a influência dos pais na educação dos filhos juntamente com a escola. A importância deste projeto é aferir se os pais educam seus filhos em casa ou se delegam essa responsabilidade à escola, analisando se os pais participam efetivamente da educação escolar dos filhos e como é esse processo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão tratados temas relacionados a educação, família, escola, brincar e leitura infantil, o que embasará a parte prática da pesquisa científica.

### Educação e Ensino

A educação é um direito conquistado e possibilita o desenvolvimento de competências

e habilidades do ser humano. O artigo 205 da Constituição Federal estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

“A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. [...] com efeito, se a educação, pertence ao âmbito do trabalho não material, tem a ver com ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes.” (SAVIANI, 2013). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Almeida (2014) enfatiza que a educação deve ter o homem como o centro das ações, abordando cuidado, amparo e afeto como condições para esse trabalho. Este aspecto também é comentado por Formosinho, Kishimoto e Pinazza (2007) quando destacam que, para Vigotsky, a educação é fundamental na transformação do homem e da sociedade.

Cabe citar também o trabalho de Aranha (2006), que, aportado pelas concepções de Émile Durkheim, comenta que educação é a necessidade social. Sobre os mesmos parâmetros e segmentos, a autora ainda salienta que educação é a ação do adulto sobre as crianças, desenvolvendo estados físicos, intelectuais e morais. Paulo Freire (2013) é categórico ao afirmar que ninguém educa ninguém e nem a si mesmo. A educação acontece em comunhão, um com o outro e de forma mediatizada do mundo.

Aranha (2006) considera que a educação de valores é a base para que o ser humano avance em seu estágio de crescimento. Reconhecer os princípios como vida, dignidade e justiça é mais importante que propriedade, sucesso e poder. A educação moral, salientada por Cambi (1999), implica os princípios da virtude, visto que, para esse autor, esse é o obstáculo que deve ser superado no que tange ao processo educativo. Saviani (2013) caminha pelo mesmo conceito quando destaca que a educação é repassada de múltiplas formas: nos partidos, nas associações de bairros, nas religiões, informalmente, na

convivência com as pessoas, pelos meios de comunicação, e, dentro desse processo, a escola é só mais um canal. A escola não é a principal fonte de educação.

“O homem é um ser integral, biopsicossocial, e deverá ser compreendido nesta sua complexidade e nunca na sua diminuição ou na sua fragmentação” (ALMEIDA, 2014). A família é o primeiro contato que a criança tem com o mundo. Nessa estrutura, ela aprende crenças e valores e desenvolve psicologicamente e culturalmente os conceitos ideológicos. É o que retrata Cambi (1999).

Paulo Freire (2011) destaca que ensinar é aprender e vice-versa. Um não existe sem o outro. Ao referir-se a tal assunto, o autor argumenta que docência e discência aprendem ao mesmo tempo. O docente aprende quando ensina algo a alguém e o discente, quando aprende, ensina ao aprender. A respeito disso, Freire (2011) ainda afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

## **Educação e escola**

Saviani (2013) relata que a palavra “escola” significa lugar do ócio, em grego. As pessoas que, por não precisarem, não trabalhavam ocupavam o tempo livre nesses lugares considerados escolas, mas era um compromisso secundário, surgindo assim as escolas. No século XX, o povo teve acesso também às escolas, sofrendo avanços significativos numa sociedade que passou a ser democrática. A educação no Brasil, no sentido de ensinar, mais propriamente catequisar, aconteceu por meio dos Jesuítas e da Igreja Católica, que dominaram esse processo até 1759, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal.

A escola, para Cambi (1999), exerce dominância na vida social, articulando e fortalecendo a vida coletiva. Já Almeida (2014) contesta o papel da escola, a qual, para ele, deveria ser um espaço para se aprender e descobrir conceitos como valores, atenção,

escuta e afeto, além de ser um espaço para se ter convivência cultural, ser harmonioso, mas isso tudo se perdeu, mudou ou nunca aconteceu.

Saviani (2013) salienta que a escola deve possibilitar o acesso ao saber elaborado, considerado por ele como “ciência” e aos “rudimentos” desse saber. A produtividade de uma escola vem da sociedade e volta para a mesma (ALMEIDA, 2014). Para o autor, tudo está em crise, tanto os educadores, quanto a escola e os governantes mundiais, mas não uma crise econômica.

No fim do século XIX difundiram-se os jardins de infância, mas, antes, e com a necessidade de as mães trabalharem fora durante horas, nasceram as “salas de custódias”, para que as crianças pudessem ficar; logo, surgiram os abrigos e finalmente os jardins de infância (CAMBI, 1999).

Segundo Bastos (2001), o primeiro Jardim de Infância no Brasil localizava-se no Rio de Janeiro. Era inspirado na concepção educacional de Fröebel direcionada às crianças da elite. A partir do século XX, a Educação Infantil sofreu modificações significativas. Diante disso, todas as crianças de 0 a 5 anos, independente da classe social, passaram a ter os seus direitos garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além do cuidado assistencial, houve uma valorização quanto ao desenvolvimento cognitivo da criança, e estudos realizados por pesquisadores influenciaram o modo como as atividades seriam aplicadas pelos educadores em sala de aula.

Kuhlmann Jr. (2007) relata que a modalidade Educação Infantil é ampla: vem da educação que a família oferece a essa criança e do meio em que está inserida até quando ela adquire o direito à Educação, que é a Constituição de 1988, segundo a qual as instituições educacionais se responsabilizam em educar as crianças pequenas.

A família e a escola exercem um papel fundamental na formação do indivíduo. Além do cuidado e do crescimento da criança, elas devem trabalhar em conjunto na formação pessoal e social desse sujeito (CAMBI, 1999). Formosinho, Kishimoto e Pinazza (2007) acreditam que a criança deve ter acesso a uma educação que possibilite o crescimento e desenvolvimento de sua personalidade e suas eventuais potencialidades.

A criança ou adolescente tem direito à educação e à criação no seio da família, assegurando-lhe assim a convivência familiar e comunitária (ECA, 1990). Martins Filho (2015) acredita que o cuidar das crianças (no sentido de dar atenção, carinho) não está prevalecendo atualmente. Para o autor, esse fenômeno acontece porque as mães não estão mais ensinando seus filhos e filhas como educar suas crianças, e esse processo não está mais sendo passado de geração em geração.

Almeida (2014) expressa suas afirmações sobre o fato quando diz que o cuidado em ouvir, atender as necessidades do filho, preocupar-se com o que está ocorrendo está sendo deixado pela falta de tempo dos pais. Seguindo tais parâmetros, o autor discorre que os pais com uma carga horária extensa acabam terceirizando o cuidado de seus filhos a outros, e esse fato garante uma proteção física, mas não uma proteção saudável na construção da criança. Uma criança com idade inferior a 2 anos de idade sofre quando os pais se afastam por 12 horas. Acima de 24 horas, esse distanciamento pode gerar na criança um trauma psicológico e de desenvolvimento para a vida toda (MARTINS FILHO, 2015),

Capelatto e Martins Filho (2016) elencam vários elementos que compõem a convivência familiar, dentro os quais estão: limite, diálogo, amor e a presença da afetividade. Quanto à relação dos pais e seus filhos, Almeida (2014, p. 40) é enfático ao discorrer sobre os seguintes

parâmetros:

Pais deixam crianças em casa, em espaços quaisquer porque, segundo eles, o trabalho os chama. Pais colocam seus filhos em cursos e mais cursos porque, segundo eles, seus filhos precisam no futuro ser isto ou aquilo. Entulham a vida da criança de conteúdos, cursos e habilidades que supostamente irão garantir a eles, pais e filhos, uma vida confortável do ponto de vista financeiro, mas estes mesmos pais se esquecem de que o amor, o vínculo, o afeto, a relação, o gesto e a escuta é que determinam a nossa capacidade de ser e de estar no mundo ou nos mundos que se apresentam em nós.

Para Martins Filho (2015), as crianças que são assistidas por cuidadores, como as babás, recebem mais o cuidado assistencialista, voltado para a higiene e a alimentação, enquanto que, com os pais, parentes ou responsáveis, elas recebem carinho e desenvolvem o afetivo, o cognitivo e o motor. Ainda de acordo com o autor, não há como substituir o convívio familiar. No entanto, Capelatto e Martins Filho (2016) apontam que os pais perdem o interesse pela educação dos filhos quando esse cuidado é terceirizado; consequentemente, as crianças tendem a ter mais afeto pela babá do que pela mãe, que fica horas fora por conta do trabalho. Assim, a babá acaba cuidando melhor do que os pais e gerando com a criança um vínculo afetivo significativo. É o que salientam Pádua et al. (2013) quando retratam que as relações familiares são fundamentais para o bem da criança, o que colabora com o seu desenvolvimento. Não obstante, Martins Filho (2015) afirma que as crianças não devem ir para a creche cedo e, se forem, não devem ficar mais do que quatro horas nesse ambiente.

O conceito de valores de família está mudado. Os pais preocupam-se mais com valores materiais: escolas particulares para seus filhos, viagens, morar bem, plano de saúde, entre outros. Enquanto os valores considerados humanos são deixados para segundo plano. (ALMEIDA, 2014). Quando a educação dos filhos é terceirizada, os

pais ficam alheios ao que os filhos precisam e não percebem suas necessidades e frustrações (CAPELATTO; MARTINS FILHO, 2016).

Com base no exposto, Saviani (2013) levanta outro aspecto sobre escola e educação:

Há, pois, uma tendência a hipertrofiar a escola, a ampliar sua esfera de ação educativa, reduzindo os demais espaços. A própria família, em lugar de requerer para si a exclusividade da educação, na primeira infância, tende a exigir a educação escolar desde a mais tenra idade; se possível, desde o nascimento. [...] pretende-se que as crianças não fiquem apenas 3 horas por dia na escola, mas sim seis, ou até oito horas. Em suma, reivindica-se a escola de jornada integral.

Segundo Almeida (2014), é preciso haver uma junção entre pais, alunos e escola para que se busquem as práticas restauradoras baseadas na empatia dentro do ambiente escolar. Embora o autor citado acima siga essa linha de raciocínio, Pádua et al. (2013) denotam que não é somente a escola e a família que educam as crianças. Para ele, todos os espaços, ambientes e instituições favorecem o processo educativo do indivíduo.

Almeida (2014) afirma que a escola culpa as famílias pelos problemas vividos pelos alunos; entretanto, ele acredita que esse pensamento é puro engano, visto que a escola pretende padronizar famílias de acordo com que ela acredita ser o ideal para educação dos filhos e das famílias desses filhos. Outro aspecto levantado pelo autor é que não existe família perfeita e que os padrões de sociedade são múltiplos e estão em constante mudança.

Martins Filho (2015) evidencia que um dos desafios encontrados pelos professores atualmente é o fato de o ambiente escolar não ser bem estruturado quanto à qualidade do ensino e infraestrutura. Contribuições advindas de Pádua et al. (2013) vão ao encontro desse pensamento quando relatam que hoje, segundo os professores, o dia a dia escolar tornou-se

um ambiente violento, difícil, problemático e conflitante. Além disso, há um acúmulo de crianças nas creches a serem assistidas em tempo integral e com poucas cuidadoras para esses pequenos, corroborando assim essas afirmações Martins Filho (2015). Seguindo essa análise de pensamento, Almeida (2014) acredita que os educadores da atualidade não têm motivação com a escola ou com eles mesmos, e estão desacreditados no ser humano, na criança e no jovem. “A verdade é que pais, sociedade e famílias em geral podem colaborar com a educação formal, mas o prioritário do processo ninguém vai tirar da escola. É a escola a instituição social que nós, sujeitos-cidadãos, apoderamos para educar nossos filhos” (ALMEIDA, 2014, p. 45).

As relações sociais – sejam elas familiares, fraternas, trabalhistas – sofrem mudanças permanentes por vários fatores, conforme apresenta Oliveira (2012). É necessário que professores e instituições escolares se adaptem quanto aos novos valores de famílias. Não existe mais um modelo único de família como antigamente: o mundo mudou e, conseqüentemente, a sociedade e as pessoas. Hoje há novas formas de construção de sociedade, conforme aponta Almeida (2014). Em outro modelo, Oliveira (2012) reforça que a educação, formal ou informal, faz parte da sociedade e que a mesma tem papel imprescindível na construção do indivíduo.

## **O brincar na infância**

O brincar também é considerado parte do processo educativo e evolutivo da criança e é algo hoje difícil para a formação de alunos e filhos (ALMEIDA, 2014). Segundo Cambi (1999), para Fröebel, os jardins de infância também devem ter espaços para jogos, porquanto é por meio dessas atividades que a criança desenvolve o espírito humano e o processo de criatividade. A criança, quando brinca, desenvolve valores



como colaboração, cooperação e união. Nesse momento, ela se torna espontânea, revelando medos, fraquezas (CASTRO, 2017).

A era digital tomou conta desse espaço, e os pais encontram obstáculos para controlar esse processo. A brincadeira é responsável por tornar a criança um adulto saudável. Os brinquedos podem e devem fazer parte do ambiente em que a criança está inserida, seja na escola ou em casa. O brincar possibilita à criança organizar e reorganizar o mundo a sua volta. É fundamental que pais e professores incentivem essa prática para que a criança se desenvolva plenamente para a vida adulta (ALMEIDA, 2014).

### **A importância da leitura infantil**

Assim como o brincar, a literatura infantil é imprescindível no processo educativo da criança. Surgiu no século XVII como proposta de educação e imaginação. As fábulas e os contos de fadas despertam o imaginário e a criatividade das crianças, conforme relata Cambi (1999). Ainda seguindo os pressupostos desse autor, o gosto pela leitura disseminou-se no século XVIII nas classes média e trabalhadora, consequentemente surgindo assim as livrarias.

Feijó (2013) enfatiza que as crianças e jovens têm direito a conhecer o mundo da leitura. Cada um terá uma experiência única em relação ao livro, portanto não se deve fazer cobranças, o processo deve acontecer naturalmente. Vale notar a contribuição de Snyders (1984 citado por ARANHA, 2006, p. 287) quando diz que as crianças não terão vontade de ler quando, no meio em que vivem, essa prática não é estimulada. Andrade (2014) promove reflexões acerca desse pensamento quando implica que o processo de leitura acontece pela própria leitura. Não há outro meio que não seja esse; além disso, é preciso ler para desenvolver o gosto pela leitura. O motivo de os pais não lerem ou incentivarem a leitura dos filhos pode ser o excesso de trabalho, as condições de vida, a superexploração, entre

outros. As crianças de hoje, mesmo com o excesso de informações, sentem-se sozinhas. O fato de os pais terem que trabalhar fora acarreta essa solidão, corroborando dessa forma com os pensamentos de Zinani e Carvalho (2015), assim como de Andrade (2014), no sentido de que, quando os pais trabalham fora e as crianças ficam muito tempo em creches, o estímulo à leitura é pouco incentivado pelos responsáveis por essa criança.

A conversa que a criança tem com os pais já a insere no processo de leitura. Folhear livros, visualizar as ilustrações como brincadeira e com o auxílio dos adultos é um grande passo para esse mundo. Como a criança é curiosa, é interessante oferecer obras diversificadas. Dessa forma, a criança desenvolve intencionalidade, proatividade e sentido de regra. Com essas descobertas, a criança constrói conhecimento a partir dos livros a que ela tem acesso. O quanto antes iniciar o estímulo da criança, melhor para ela. (FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA, 2007; ANDRADE, 2014). Pais e professores exercem papéis sociais fundamentais na vida das crianças quanto à literatura e ao gênero. Para os autores, não importa quem é o responsável por adquirir as obras, desde que elas cheguem ao destino, que são os leitores (ZINANI; CARVALHO, 2015).

Andrade (2014) relata que é imprescindível que os pais ou responsáveis leiam para si e, consequentemente, para as crianças, de maneira a incentivar esse hábito, o que gera ganhos potenciais nessa realidade. Essa continuidade dever ser estendida aos professores de Educação Infantil, de modo que as crianças já ingressem no Ensino Fundamental com o processo de leitura fluindo de forma natural e tendo avanços significativos nessa modalidade. Nesse mesmo parâmetro de ideias, os alunos precisam criar asas para alcançarem uma liberdade criativa; entretanto, para que isso aconteça, famílias, escolas, educador e sociedade em geral precisam facilitar e possibilitar esse processo – é o que propõe Almeida (2014).

## METODOLOGIA

Este trabalho científico classifica-se em dois tipos: quantos aos fins e quantos aos meios. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva, porque, segundo Gil (2010), tem como função descrever dados de uma população. Andrade (2017) salienta e faz notar que, na pesquisa descritiva, é padrão a coleta e a análise de dados sem a interferência do pesquisador.

Quanto aos meios, classifica-se como pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso. É bibliográfica, porque, segundo Gil (2010), tem como base livros publicados. Para o autor, toda pesquisa acadêmica tem característica bibliográfica. Trata-se de uma pesquisa de campo, porque, seguindo a linha de raciocínio de Andrade (2017), sua coleta de dados é realizada “em campo”, local onde se efetiva a pesquisa. Para Gil (2010), o estudo de caso pode ser planejado de forma flexível sem que as etapas sejam rígidas, sendo possível sofrer alterações as demais etapas.

A unidade empírica de análise trata-se da Escola Municipal Maria Lúcia Vieira, localizada na Zona da Mata mineira, na cidade de Ubá. Situada na Rua Francisco Teixeira do Nascimento s/nº, no bairro São José, a instituição atualmente atende 124 crianças, de 3 a 5 anos de idade, na modalidade Educação Infantil. Os trabalhos da escola são realizados nos períodos matutino e vespertino nas séries Maternal, Primeiro e Segundo Períodos.

Este trabalho se desenvolveu no período de fevereiro a dezembro de 2018. É um estudo quantitativo, com aplicação de questionário aos pais dos alunos que estudam na Instituição.

Chegou-se ao número de questionários a serem aplicados, utilizando-se a fórmula proposta por Barbeta (2002) para definição da amostra:

$$n^o = \frac{1}{E^2}$$

Onde:

$n^o$  = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra;

E = erro amostral tolerável.

Para efeito deste estudo, optou-se por trabalhar com um erro amostral de 10%, que gerou o seguinte resultado:

$$n^o = \frac{1}{E^2} \Leftrightarrow n^o = \frac{1}{(10/100)^2} \Leftrightarrow n^o = \frac{1}{(0,1)^2} \Leftrightarrow n^o = \frac{1}{0,01} \Leftrightarrow n^o = 100$$

Definido o valor do tamanho aproximado da amostra (100), partiu-se para o segundo cálculo a fim de definir o tamanho mínimo da amostra – no caso da Escola Municipal Maria Lúcia Vieira, 124 alunos:

$$n = \frac{N \times n^o}{N + n^o}$$

Onde:

N = tamanho da população;

n = tamanho mínimo da amostra;

$n^o$  = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra.

Para o cálculo desse exercício, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \times n^o}{N + n^o} \Leftrightarrow n = \frac{124 \times 100}{124 + 100} \Leftrightarrow n = \frac{12.400}{224} \Leftrightarrow n = 56$$

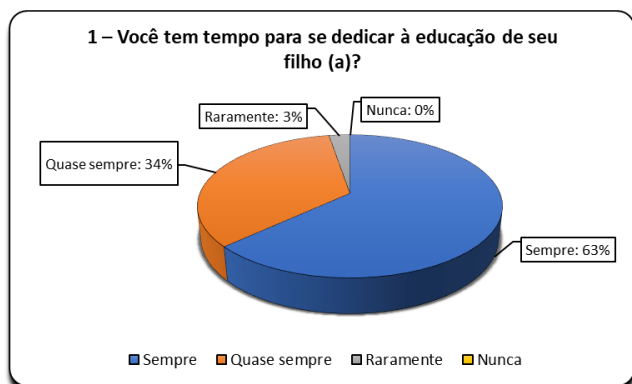
De acordo com o resultado, chegou-se à conclusão de que, para que se tivesse um resultado satisfatório da pesquisa, era necessário que se aplicassem 56 questionários.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se a seguir os resultados obtidos após a tabulação dos dados. Observa-se que, dos 124 questionários aplicados, foram respondidos 76 – número suficiente para a realização deste trabalho, visto que 56 questionários validariam a proposta da pesquisa, segundo uma estimativa de 10% de erro amostral.

A Figura 01 representa o tempo que os pais têm para se dedicarem à educação dos filhos. Pode-se perceber que 97% dos entrevistados dispõem de um período para investir na educação familiar, o que é muito significativo, visto que essa amostragem vai ao encontro dos preceitos de Arendt (1957) quando ressalta a importância dos pais na educação dos filhos.

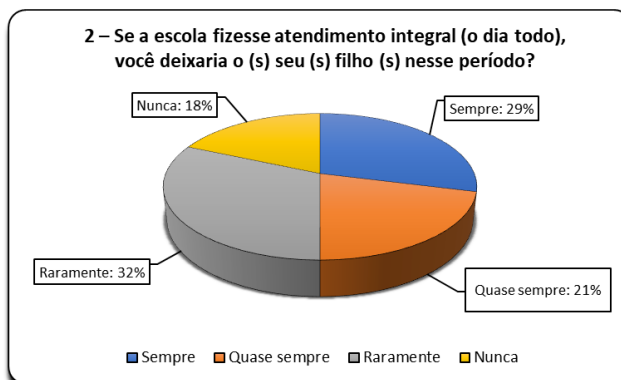
**Figura 1** - Tempo para se dedicar à educação dos filhos



Fonte: dados da pesquisa.

Questionou-se também sobre o atendimento integral que a escola possa vir a oferecer. O resultado, exposto na Figura 2, revela que as opiniões ficaram divididas: 50% dos pais não deixariam seus filhos em tempo integral. Essa amostragem torna-se relevante, já que, para Martins Filho (2015), as crianças devem ficar, no máximo, quatro horas na escola. Em contrapartida, esse resultado revela que não se confirmou o que diz Saviani (2013), segundo o qual a família exige uma escola com atendimento integral.

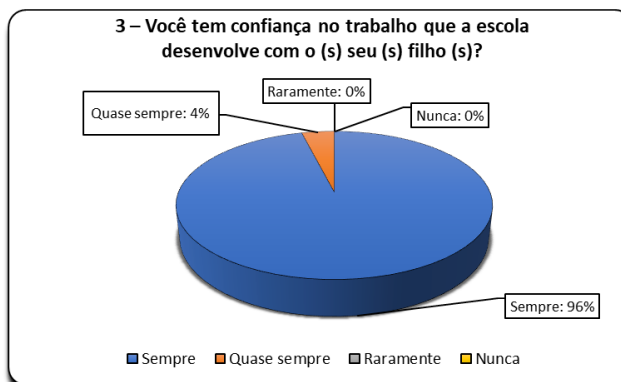
**Figura 2** - Possibilidade de a escola oferecer atendimento integral



Fonte: dados da pesquisa.

Observou-se que existe uma relação de extrema confiança dos pais na Escola Municipal Maria Lúcia Vieira. A Figura 3 revela que 96% dos entrevistados depositam credibilidade na proposta de trabalho oferecido pela instituição. Esse resultado expressivo vai ao encontro das ideias de Cambi (1999), segundo o qual família e escola devem trabalhar juntas para a evolução da criança.

**Figura 3** - Confiança no trabalho da escola



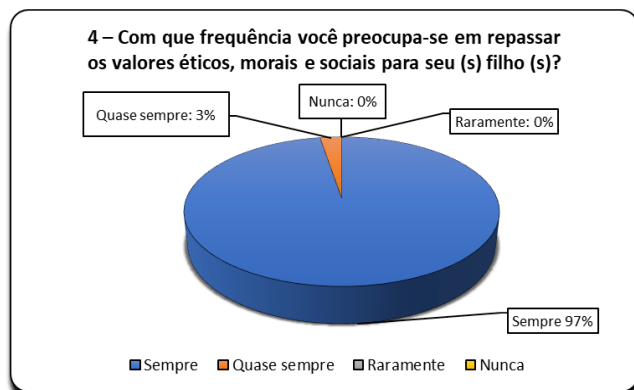
Fonte: dados da pesquisa.

Quanto aos valores éticos, morais e sociais transmitidos aos filhos, percebeu-se uma satisfação por parte dos pais, uma vez que 97% foram enfáticos ao afirmar que, com frequência, esses princípios são transmitidos pela família. Nesse aspecto, Cambi (1999) ressalta que é no ambiente familiar que a criança aprende princípios e crenças, corroborando a ideia de



Aranha (2006), que considera que a educação de valores é primordial para o indivíduo (Figura 4).

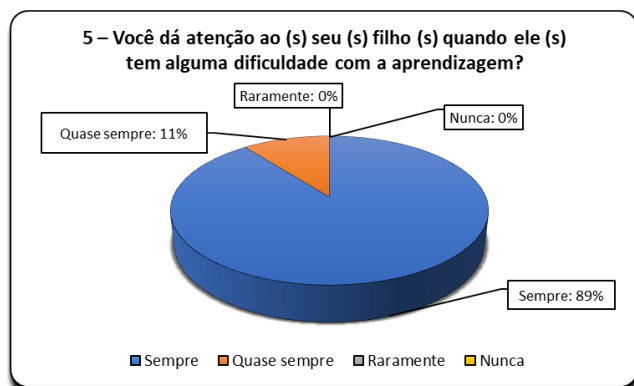
**Figura 4** - Valores éticos, morais e sociais aos filhos



Fonte: dados da pesquisa.

Conforme a Figura 5, 89% dos pais estão atentos quando os filhos possuem dificuldades no processo de aprendizagem, o que é notável, já que Saviani (2013) aponta que há outros meios de educação, além da escola.

**Figura 5** - Dificuldade de aprendizagem dos filhos

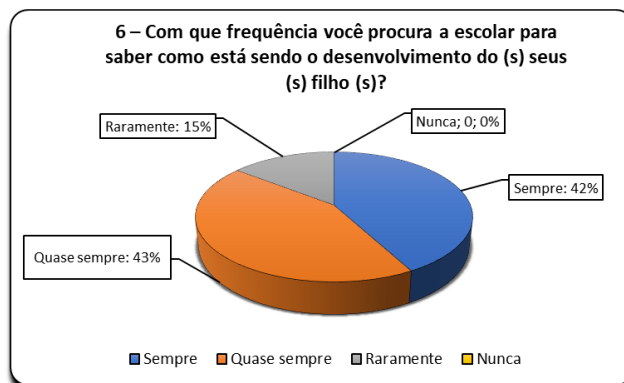


Fonte: dados da pesquisa.

Outra questão levantada foi a frequência com que os pais se dirigem à escola para acompanharem o rendimento e o progresso escolar dos filhos. Embora 85% dos entrevistados tenham a conduta de averiguar o desenvolvimento dos filhos junto à instituição de ensino, deve-se atentar para os 15% dos pais que não dispõem dessa frequência. Esse resultado deve ser levado em consideração, pois Almeida (2014) afirma que

a tríade escola, família e alunos é fundamental no ambiente escolar.

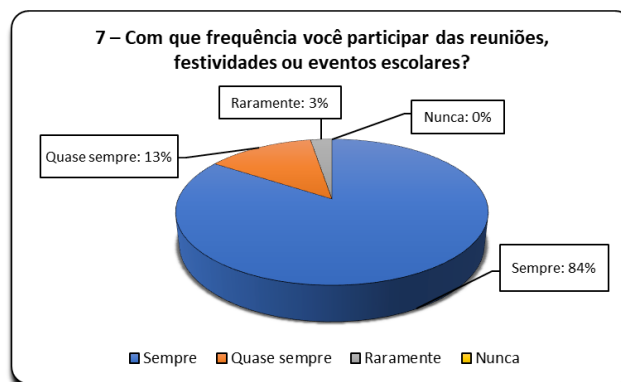
**Figura 6** - Frequência com que se dirigem à escola para verificar o desenvolvimento do filho



Fonte: dados da pesquisa.

Na Figura 7 apresentam-se dados da participação dos pais em eventos que a escola promove. Percebe-se que 97% dos pais são ativos ao proporcionarem essa interação com a instituição. A amostragem corrobora com os preceitos de Rego (2003), o qual ao salienta que família e escola partilham as responsabilidades no que tange à formação do indivíduo.

**Figura 7** - Participação de eventos escolares

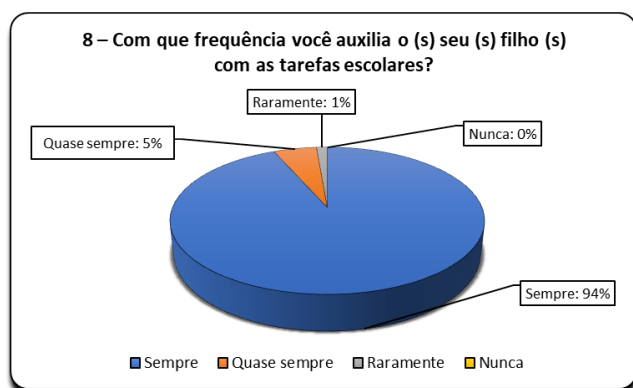


Fonte: dados da pesquisa.

Outra questão importante abordada na pesquisa foi se os pais auxiliavam os filhos nas tarefas escolares. Observou-se (Figura 8) que 99% deles frequentemente oferecem apoio aos seus filhos nos deveres de casa. Esse levantamento ratifica o pensamento de Pádua et al. (2013), quando enfocam que o convívio familiar é

essencial para a formação da criança.

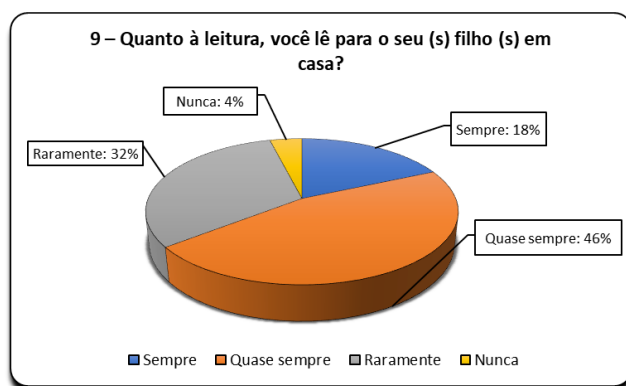
**Figura 8 - Auxílio nas tarefas escolares**



Fonte: dados da pesquisa.

Quando interpelados em relação ao processo de leitura para os filhos, 64% alegaram participar dessa atividade com as crianças. Todavia, o fato de 36% desses pais não compartilhar dessa prática atenta para a reflexão de Andrade (2014), que reconhece na prática da leitura um elemento fundamental para incentivar as crianças ao hábito de ler.

**Figura 9 - Leitura para os filhos**

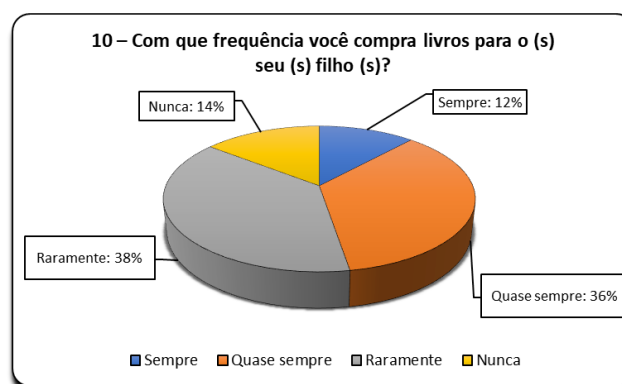


Fonte: dados da pesquisa.

Ao serem indagados sobre a frequência em que compram livros para os seus filhos, menos da metade dos entrevistados (48%) admitiu fazer isso (Figura 10). Esse aspecto torna-se preocupante, já que, para Formosinho, Kishimoto e Pinazza (2007), a criança deve ter acesso a obras diversificadas para adquirir conhecimento

a partir dos livros.

**Figura 10 - Compra de livros para os filhos**



Fonte: dados da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou verificar se os pais educam seus filhos em casa ou delegam essa responsabilidade à escola. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Maria Lúcia Vieira, em Ubá, Minas Gerais, onde foi aplicado um questionário aos pais dos alunos.

O trabalho elaborado expôs como, de fato, a tríade família, escola e alunos exerce um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Percebe-se que os pais têm se dedicado à educação de seus filhos, bem como confiam no trabalho que a escola proporciona e desenvolve com as crianças. Os valores éticos, morais e sociais são pontos que a família se empenha em repassar aos filhos. Nota-se ainda que a atenção dos pais está voltada para as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

No entanto, evidencia-se também que muitos dos entrevistados não permitiriam que os seus filhos ficassem em tempo integral na escola. Outro aspecto que merece atenção é o fato de alguns pais não procurarem a escola para verificarem o desenvolvimento de seus filhos. Quando interpelados sobre leitura para os filhos e compra de livros, pôde-se averiguar que esses são pontos que necessitam da atenção por parte da família. Essa prática é significativa, pois a

leitura estimula o desenvolvimento e o processo de ensino e aprendizagem da criança no âmbito escolar.

Os resultados obtidos nesta pesquisa vão ao encontro do objetivo traçado, o que permite concluir que os pais dos alunos da Escola Municipal Maria Lúcia Vieira, em Ubá, Minas Gerais, educam seus filhos em casa, auxiliando a escola nessa responsabilidade, cabendo, porém, conscientizá-los da importância em aferirem mais junto à escola os resultados alcançados, além de buscarem maior investimento no incentivo à leitura.

Não se pretende com este trabalho esgotar o tema discutido, portanto fica aqui a possibilidade de novos estudos de outros pesquisadores em trabalhos futuros, o que certamente crescerá ao tema discutido.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. P. A pedagogia da delicadeza: bases conceituais para uma educação baseada no cuidado e na empatia. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

ANDRADE, G. Literatura infantil. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARENDT, H. A crise na educação. Frankfurt: Europäische Verlagsanstalt, 1957.

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 5. ed. UFSC, 2002.

BASTOS, M. H. C. Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira (1875-1983). São Paulo: Autores Associados, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.02.2015/art\\_226\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.02.2015/art_226_.asp). Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. ECA - Lei nº 8.069: promulgada em 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10617843/artigo-22-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. LDB - Lei nº 9.394: promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+29+da+Lei+9394%2F96>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CAMBI, F. História da pedagogia. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: FEU, 1999.

CAPELATTO, I.; MARTINS FILHO, J. Cuidado, afeto e limites: uma combinação possível [livro eletrônico]. Campinas, São Paulo: Papirus 7 Mares, 2016.

CASTRO, A. Jogos e brincadeiras para educação física: desenvolvendo a agilidade, a coordenação, o relaxamento, a resistência, a velocidade e a força. Tradução Guilherme Laurinto Summa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Brasília: Paidéia, 2007, 17(36), 21-32.

FEIJÓ, M. O prazer da leitura: como a adaptação de clássicos ajudar a formar leitor. 1. ed. São Paulo: Ática, 2013.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do oprimido. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FORMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. Pedagogia (s) da infância: dialogando com o passado e construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KUHLMANN Jr, M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, G. G. (Orgs.) 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 469-496.

MARTINS FILHO, J. A terceirização da criança: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo [livro eletrônico]. São Paulo: Papirus, 2015.

OLIVEIRA, M. C. Caminhos para a gestão compartilhada da educação escolar [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PÁDUA, G. L. D et al. Pedagogia social [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2013.

REGO, T. C. Memórias de escola: cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

ZINANI, C. J. A.; CARVALHO, D. B. A. Estudos de gênero e literatura para crianças e jovens: um diálogo pertinente. 2. ed. Caxias do Sul: Educ, 2015.